

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíelise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 701-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.511-73, de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Ruth Grecca Langer, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 19 de setembro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 702-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :
dispensar os funcionários Abel Frediano Marchiorato e Antonio Gulbino, da função de Administrador Geral e Chefe da Seção de Telefonia, respectivamente.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 703-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :
designar os funcionários Abel Frediano Marchiorato e Antonio Gulbino, para exercerem as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais e Administrador Geral, respectivamente, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 704-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :
designar Carlos Augusto Fernandes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Telefonia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 705-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.914-73, de 12 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
I — revogar o Decreto Legislativo n.º 95-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere a Joana Maciel Farias; e,
II — atribuir a João Andre Clele, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-7, por estar exercendo as funções de Plenário, a partir de 1.º de outubro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 706-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.826-73, de 4 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
mandar pagar a Zelma Lopes Wojcik, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, por ter exercido as funções de Chefe da Seção de Autografia no período de 4 de setembro de 1973 a 27 de setembro de 1973, função gratificada correspondente ao símbolo F-4, referente ao citado período.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 707-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.744-73, de 2 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
I — dispensar os funcionários Celso Araujo Junior das funções Chefe da Seção da Ordem do Dia e Assistente de Plenário e Eloi Mezzadri das funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo; e,
II — revogar o Decreto Legislativo n.º 614-73, de 31 de agosto de 1973, na parte que autoriza o funcionário Eloi Mezzadri a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos e o Decreto Legislativo n.º 84-73, de 12 de março de 1973, na parte que autoriza o funcionário Sebastião de Cristo, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 708-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.744-73, de 2 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
designar os seguintes funcionários para exercer os cargos que especifica, no Departamento Legislativo, percebendo função gratificada inerente ao cargo: Celso Araujo Junior: Chefe da Divisão de Ordem do Dia e Autografia. Eloi Mezzadri: Chefe da Seção de Ordem do Dia. Anna Rosa Bello Viana: Chefe da Seção de Autografia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 709-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.744-73, de 2 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :
autorizar os funcionários Eloi Mezzadri, Anna Rosa Bello Viana, Terezinha Casagrande e Sebastião de Cristo, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 208.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Outubro de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Aginaldo Pereira Lima e Borsari Neto.

As 1400 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizora Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Ivo Rocha, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Quêise Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Domicio Scaramella, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Lázaro Dumont, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 227-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que dá nova redação ao item 11, do Parágrafo Único, do Artigo 56, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — I.C.M. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. o adiamento de votação, eis que o Deputado autor do referido Projeto ora em votação, encontra-se ausente, nesta data, de Curitiba.

Por esta razão requerida a V. Exa. o adiamento da votação para a Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a proposição feita pelo Deputado Maurício Fruet solicitando o adiamento da votação da Proposição n.º 227-73 para a Sessão de amanhã. Em votação. **Aprovado.**

Fica transferida para a Sessão de amanhã a votação da Proposição n.º 227-73.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, ou seja, Votação em Discussão Única da Proposição n.º 227-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 209.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de outubro de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Presidente João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizora Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Ivo Rocha, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Oví-

dio Franzoni, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Domicio Scaramella, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Lázaro Dumont, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ovídio Franzoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 233-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, respaldado nas prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora Cecília Alves de Vasconcellos Souza, ocorrido em 26 do corrente, nesta Capital.

A extinta era viúva do saudoso Arion de Vasconcellos Souza, que por várias vezes exerceu o mandato de Vereador a Câmara Municipal de Irati. Outrossim, requer, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família entulada.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem, ontem, do Dia do Funcionário Público.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, suspensão das Sessões e do Expediente da Secretaria desta Assembléia, nos dias 31 de outubro, 1.º e 2 de novembro, por tratar-se de dias santificados, os dois últimos.

Justifica-se o Requerimento, em razão dos Senhores Deputados viajarem uns de semana para suas regiões políticas e os dias referidos cair no final de semana.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe, ouvida a Casa, seja endereçado o seguinte apelo a Sua Excelência, Sr. Antônio Delfin Neto, DD. Ministro da Fazenda:

“Sr. Ministro:

O ex-Ministro da Agricultura do atual Governo, Sr. Luiz Fernando Cirne Lima, em sua carta-renúncia, que adquire cada vez maior valor político pela comprovação de suas afirmações no plano econômico, já se referia à crise mundial de alimentos, fenômeno que embora nos atinja a curto prazo, poderá criar reais possibilidades de enriquecimento nacional.

Consideramos acertada a prioridade dada pelo Governo ao consumo nacional, limitando as exportações (caso do SOJA) ou impedindo-as totalmente (caso da CARNE).

Entretanto, tendo em vista as condições competitivas da CARNE no mercado externo, muitos produtores, estimulados pelo Governo, buscaram uma melhoria qualitativa, adotando métodos científicos de engorda, como a “ENGORDA EM CONFINAMENTO” e o “SISTEMA RACIONAL ROTATIVO”. A extensão da proibição de exportar os rebanhos assim desenvolvidos, determinará um nivelamento por baixo da produção nacional, o que, sem dúvidas, irá refletir-se mais adiante quando, assegurado o atendimento do consumo interno, pretendermos os benefícios das vantagens da venda ao exterior.

Isto posto, tomamos a liberdade de sugerir a V. Exa. o exame da possibilidade de permitir a exportação do gado bovino engordado, dentro dos critérios científicos mais avançados, estimulando, desta forma, a sua utilização”.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo neste momento, traçar um pequeno bosquejo do Plano Cultural do Governo do Paraná, obra que vem sanar a deficiência da conjuntura educacional do nosso Estado, mas cujo documento, tenho certeza, haverá de reconduzir o Paraná numa posição de liderança no que diz respeito à problemática cultural brasileira.

(Lê): “Com muita precisão definiu o Governador Emílio Gomes a importância da cultura e suas relações com o Poder Público:

“Estimular e valorizar o trabalho intelectual não configura, hoje em dia, um mero ocioso por parte do Poder Público. No contexto histórico-social, nestas últimas décadas do Século XX, estimular as artes e acelerar o consumo de bens culturais é uma tarefa tão importante quanto incentivar a produção de bens materiais e acelerar a expansão econômica. Aliás, já não se admite que uma tarefa esteja dissociada da outra: o desenvolvimento global de uma sociedade só pode ser compreendida como uma integração entre o esforço de realização material e o ímpeto de promoção humana, através da abertura de perspectivas culturais”.

Também entendo que de todas as noções que procuram caracterizar o desenvolvimento, nenhuma me parece mais adequada do que entendê-lo como

um processo social global que implica em mudanças quantitativas e qualitativas, orientado para uma crescente racionalização.

A deflagração de qualquer processo desenvolvimentista encontra validade na medida em que também contribua para o aperfeiçoamento da pessoa humana.

A invencível circunstancialidade do ser humano impele-nos a questionar o homem brasileiro e mais em especial o homem paranaense.

Alterando um pouco a famosa equação existencial de Ortega y Gasset é de se dizer que o homem é a sua circunstância e mais o seu projeto.

É o que é e mais o que deseja ser.

Pois a moderna concepção de democracia atribue ao Estado, além da promoção de crescimento econômico — noção distinta de desenvolvimento — a tarefa de promover uma política cultural capaz de viabilizar e facilitar a realização da pessoa humana.

Pensar concretamente a cultura é pensá-la “em situação”, na perspectiva de nossa equação existencial, em função dos interesses e vivências da comunidade.

O atual estágio da civilização brasileira requer a instauração de três tipos de atitudes mentais: a vivência, a consciência e a ciência do desenvolvimento.

Mas o adestramento destas atitudes mentais vincula-se ao processo cultural, pois só o fundamento cultural dá inteligibilidade ao processo histórico.

Em uma edição especial sobre o Brasil e sua inserção na década dos anos 70, a Revista Visão indagava:

“Sem germes e sem herança, sem processos e sem caminhos, sem busca e sem questionamento crítico, sem o fermento da inquietação e sem a livre disposição criadora o que seria da cultura brasileira na década de 1970”.

De certa forma o Governo do Paraná pela Secretaria da Educação dá uma resposta a esta inquietante indagação através do Plano de Ação Cultural que transformará o Paraná em importante foco cultural brasileiro.

Em um tempo em que as estatísticas e quantidades desfrutam de mágico prestígio impõe-se um retorno ao tema de Hume ao abrir uma das suas discussões econômicas:

“A Destruição física de um país, é de importância relativamente pequena se parece intacto o seu potencial científico e cultural; inversamente a construção de um país é uma tarefa lenta e impossível, se a par do equipamento físico, não houver um sistemático esforço de construção do capital humano”.

Percebe-se bem a importância de ação cultural, principalmente em um país de “situação em trânsito”, como o Brasil.

A importância do Plano de Ação Cultural mereceu do jornal “O Estado do Paraná”, um cuidadoso editorial no qual se consigna a importância projetiva deste Plano de Ação Cultural.

Diz o Editorial referido: “desde 1968 quando foi realizada pela primeira vez, o Concurso Nacional de Contos, projetou o Paraná no cenário cultural do País. Tão válida é a promoção que, ao contrário de outros certames ou iniciativas culturais, foi mantido por sucessivos Governos ao longo desses últimos anos. E a continuidade do concurso fez com que o Paraná se transformasse no endereço do Conto do Brasil.

Esta colocação todavia não se converteu em acomodação; uma das preocupações principais dos organizadores do VI Concurso Nacional de Contos, que neste mês será lançado pelo Governador do Estado, é exatamente a de corrigir o caráter rotineiro que começou a ameaçar a realização do certame. O concurso será quase uma nova iniciativa, rejuvenecido por sua inserção no contexto do Plano de Ação Cultural”.

O Concurso Nacional de Contos, incrustado no Plano de Ação Cultural do Governo do Estado terá, tenho certeza, importância decisiva para se redefinir as linhas e rumos da literatura brasileira que, é preciso reconhecer, vive uma fase muito pobre, não só em razão de uma conjuntura negativa no que diz respeito à censura, mas também por falta de proteção do Poder público a quem também está afeta a tarefa de promover e fazer realizar a cultura brasileira.

Nestas circunstâncias nos congratulamos com o Governo do Estado pela feliz iniciativa de elaborar o Plano de Ação Cultural que, agora as suas consequências práticas, haverá de dar ao Paraná posição de liderança no concerto cultural brasileiro.

O Secretário de Educação e Cultura, Dr. Cândido Martins de Oliveira, inaugura uma nova fase na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, confirmando suas qualidades de administrador e homem de visão antecipadora.

O sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado desejo apenas cumprimentá-lo por trazer nesta oportunidade o conhecimento da Casa, o Plano de Ação Cultural desenvolvido pelo Governo do Estado. Realmente é interessante que a Pasta à qual está afeto este setor, não se preocupe exclusivamente com a instrução de nosso povo, mas trate também de planos que visem sobretudo a cultura dos paranaenses. Temos notado que realmente uma série de atividades vem sendo desenvolvida neste setor. Ainda na próxima quarta-feira, dia 31 será lançado este concurso de contos que realmente se tornou uma tradição não só no Paraná, mas no Brasil, trazendo a participação de todos os Estados da Federação. De modo que ficam aqui registrados meus cumprimentos e esta magnífica obra do Governo do Estado e também a V. Exa. por trazer estes subsídios à Casa. Obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre líder da Bancada parece-me que o Plano Cultural já foi lançado anteriormente, mas com outro título, ou seja, Tempo de Integração ou Tempo de Cultura, mas não funcionou bem da vez passada. Acho que a Secretaria de Educação em vez de perder tempo e gastar dinheiro lançando campanhas de promoção na imprensa nacional, deve cuidar das zeladoras junto ao Governo do Estado, para que se pague pelo menos o salário mínimo a estas ahnegadas; deve cuidar dos grupos que não têm professoras; cuidar de alguns bairros principalmente da Capital, que se ressentem da falta de estabelecimentos de ensino. Isto seria operosidade do Secretário. Mas, tempo de Cultura, Tempo de Integração, não funciona muito bem. O dinheiro que se gasta com isto deveria ser aplicado em favor do ensino principalmente do primário. É o meu pensamento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte, nobre Deputado. Evidentemente esta campanha não implica em que a Secretaria de Educação descure de outros setores que lhe estão afetos.

Com relação ao problema das zeladoras, não quero opinar com convicção, mas parece que foi objeto de Mensagem do Governo do Estado, no sentido de regularizar a situação. Não afirmo, mas se não ainda não foi enviada Mensagem à Casa, logo o será, propondo a regulamentação da situação das zeladoras.

O sr. Erondy Silvério — É claro, mas por iniciativa exclusiva do grande Governo que temos hoje, do Sr. Emílio Gomes, nenhuma interferência houve do Secretário de Educação. Porque, se essa interferência tivesse existido, não haveria zeladoras com 4 horas diárias, jornada de 24 horas semanais, que dá 172 cruzeiros por mês. Tivesse o Sr. Secretário de Educação cuidado melhor dos negócios de sua Pasta, diria ao Sr. Governador que não é possível se dar 172 cruzeiros por mês pra um servidor. Portanto, aquele PS-1 de 4 horas não deveria constar da Mensagem. Isso é função do Secretário de Educação. A orientação do Governo sensível aos reclamos destas zelosas funcionárias, sensível aos reclamos de tantos Deputados desta Assembléia, está procurando normalizar, a situação que não foi por ele criada. Não foi ele quem criou essa situação, mas está procurando normalizá-la, porque foi sensível aos apelos principalmente aqueles partidos do Poder Legislativo.

Acontece que o Secretário de Educação deveria, como é de sua obrigação, orientar o Governo para se eliminar a categoria de 24 horas semanais, que dá 172 cruzeiros brutos por mês, ainda tendo que descontar o IPE; com esse regime de 4 horas diárias, a pessoa não ganha nem para comer. Então, se deveria dar 8 horas, porque faltam zeladoras. Aumentar-se a jornada de trabalho, a jornada semanal de trabalho, propiciando a cada uma dessas mulheres, a cada uma dessas servidoras, um ganho compatível com a realidade econômica em que vivemos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Erondy Silvério, farei duas observações a propósito de seu aparte: Primeiro, entendo que esse problema vem se acumulando a mais de uma década, de maneira que é um assunto que já estava amadurecido e que, finalmente, o Sr. Governador se propõe a resolver.

Confesso a V. Exa. que não sei se houve essa preocupação do Secretário de Educação, ou não. A mim parece que houve, por se tratar de problema afeto àquela Pasta.

A segunda observação é que haverá necessidade de se fazer uma análise um pouco mais radical do problema.

O problema das zeladoras do Estado do Paraná, como de resto dos funcionários públicos do Brasil decorre de um aspecto histórico peculiar brasileiro. Na realidade, a iniciativa privada nunca teve condições de absorver a oferta de mão de obra do País, e quem fazia esse recrutamento era o poder público. Não quero, e não disponho de elementos, pra saber se o número de zeladoras corresponde às necessidades do Governo do Estado, da estrutura administrativa do nosso Estado.

Quero crer que também haja um excesso de zeladoras. Então, o Governo se vê diante desse impasse. De certa forma bastante desagradável, entre ocupar as que realmente são necessárias e dispensar as que não o são. Dispensá-las, seria desumano e viria até agravar o problema socio-brasileiro. De maneira que me parece que dentro da conjuntura presente, acho que se não atende às zeladoras pelo menos também não as desatende inteiramente. Parece que é uma solução razoável, aceitarmos pelo menos nesta conjuntura. Não sei se é o pensamento de V. Exa. Mas a mim parece ser esse o quadro mais adequado.

O sr. Erondy Silvério — Agradeço o aparte de V. Exa. e peço excusas pela insistência dos mesmos, mas levaríamos aqui a tarde toda, V. Exa. dizendo "parece que atende" e eu a dizer que "não atende". É uma questão de convencimento pessoal. Quando falo, baseio-me em fatos concretos. Se V. Exa. se der ao trabalho de percorrer os estabelecimentos de ensino e verificar com as diretoras o número de serventes que existem em cada estabelecimento V. Exa. verá que eu tenho razão. Admito que o Governo não deve admitir mais ninguém, que o Governo não tenha condições de aumentar o seu quadro de pessoal.

Mas seria muito fácil a solução para o caso das serventes, se existe essa necessidade de se aumentar o número de serventes nos estabelecimentos de ensino, mas o Governo não pode aumentar o número, de acordo, parece-me com a legislação. É preciso haver concurso público etc. etc. Quer dizer que há necessidade de boa vontade. Acho que aí é que deveria entrar o trabalho do Secretário de Educação, pelo menos de convencimento ao Sr. Governador, porque o Governador não tem obrigação de conhecer essas peculiaridades. Para isto tem Secretário de Estado a quem estão afetos os trabalhos de sua pasta. Se o Secretário de Estado perdesse menos tempo em querer se promover na imprensa nacional e cuidasse mais dos problemas afetos à sua Pasta, proporia ao Governador, pura e simplesmente, que aumentasse a jornada de trabalho semanal para as duas primeiras categorias, objeto da Mensagem Governamental. Assim, estaria resolvido o assunto de aumento de horas de trabalho para as serventes as quais teriam também aumentado o seu rendimento. Basta apenas atribuir a cada uma delas 48 horas semanais em vez de 24, sem que haja necessidade de admitir novas funcionárias.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Indago, não admito, porventura a fixação do tempo de jornada de trabalho de 24 horas não é oportunidade para que todas trabalhem?

O sr. Erondy Silvério — Não, V. Exa. pela minha argumentação, pela justificativa dos constantes apartes que estou dando, deve ter notado que existe. Disse mesmo que se V. Exa. se der à curiosidade de percorrer os estabelecimentos de ensino da periferia da cidade vai verificar que existem estabelecimentos de ensino com apenas uma servente no regime de quatro horas de trabalho. Então, o que se vê? O estabelecimento de ensino em péssima condição de higiene. Não é possível que uma mulher, de 4 horas de trabalho diário, consiga manter limpo o estabelecimento. Se aumentasse a jornada de trabalho, seriam resolvidos dois problemas. O primeiro — Seria mantido em perfeitas condições de higiene o estabelecimento de ensino. Segundo — Proporcionaria às serventes um ganho maior. Não é favor nenhum porque a própria lei diz:

"Ninguém no País pode ganhar menos que o salário mínimo". É a Lei Maior que diz e o Governo do Estado está obrigado ao cumprimento da Lei. O Governo não pode, sob o pretexto de estar fazendo trabalhar menos, permitir que alguém receba menos que aquilo que a Lei preconiza. O Governo deveria atribuir a jornada normal de trabalho a cada servidora e pagar a justa remuneração pelo serviço prestado ao Estado. Se houver excesso de servidor, vamos deixar o coração de lado. Isto se houver excesso, o que não ocorre. O coração sempre foi mau patrão e o Estado não pode ser paternalista. Se existir excesso de funcionários, dispensa-se os funcionários em excesso. O que não se pode admitir é o pagamento de 170, 172 cruzeiros, agora na Mensagem do Governador. Atualmente é 130 cruzeiros.

Vê V. Exa. parece que estamos começando a nos entender. Necessário se torna que o Secretário da Educação faça um levantamento da situação e mostre os números frios ao Governador. O Governador é homem de bom senso. Já está provando, com o pouco tempo que está à frente dos destinos

do Estado, que é homem de bom senso pois foi o primeiro a colocar o dedo na chave. — Mandou a Mensagem a esta Casa regularizando a situação anormal que vinha há mais de dez anos. Isso prova que há sensibilidade humana no atual Governador. Necessário se torna que os Secretários de Estado, que são homens de sua inteira confiança, trabalhem sincronizados e não procurem promoção pessoal.

Ao que nos parece o único Secretário que está se promovendo no atual Secretariado, é o Secretário da Educação. Volta e meia está nos jornais e na Manchete; com o dinheiro do Estado porque dinheiro para pagar a Manchete é dinheiro do Estado. Esse dinheiro teria que ser melhor aproveitado. Isto é o que acho. Tempo de Cultura, Tempo de Integração é muito bonito, mas é para inglês ver. O que interessa é que a Pasta da Educação não traga esses problemas que tem trazido, até agora, ao Governo que tem que ter tranquilidade nesse setor.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É evidente que concordo com V. Exa. no que diz respeito a obedecer a Lei, isto é "que ninguém pode receber menos que o salário mínimo". Que eu pretenda ter entendimento contrário, até porque isto decorre de um princípio de justiça social e evidência óbvia. Todavia, eu, embora não disponha — já disse a V. Exa. — de elementos capazes de ter uma noção aproximada da realidade, quero lembrar a V. Exa. que ainda quando governava o Paraná o Governador Parigot de Souza um levantamento acusava a existência de mais de 11.000 zeladoras no Paraná, e que era considerado em termos de necessidade de serviço público, uma quantidade extremamente exagerada. Agora, se existem realmente estabelecimentos de ensino em Curitiba ou na Grande Curitiba com apenas 1 zeladora, é claro que a situação merece um corretivo urgente.

Quanto à posição do Sr. Secretário de Educação, quero dizer a V. Exa. que não estou aqui para fazer elogios ao Secretário de Educação, estou aqui, isto sim e me propus, a fazer a comunicação da existência de um Plano de Educação Cultural, porque, ao contrário de V. Exa. se bem eu entendi, não considero a cultura uma mera fruição esteticista; dou à cultura um valor quase igual a de realização material em termos de desenvolvimento do País, não me parece que cultura seja um aspecto apenas decorativo na atividade do Poder Público. Acho, e já disse aqui, que o fundamento cultural é que dá inteligibilidade ao processo histórico, é o que dá maturidade à Nação; mais do que isso...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acho que não me fez entender. Parece que hoje estamos falando dialetos diferentes. Eu não disse que a cultura não é necessária. Estou falando, é da promoção pessoal do Secretário de Educação, que está se valendo da cultura para se promover pessoalmente. Não falei que a cultura não é necessária! Infelizmente não tive a felicidade de cursar uma escola superior, isto está me fazendo muita falta.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não apoiado.

Eu não disse que não era necessária. Eu não disse isso, V. Exa. consulte as notas tipográficas. V. Exa. não vai querer, agora, me passar aí um atestadozinho, dizendo que eu estou contra a cultura!

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu não disse isso. V. Exa. se não estou enganado, disse que era muito bonito mas que não funcionava.

O sr. Erondy Silvério — Não funcionava, a promoção pessoal. Por isso é que eu digo que nós não estamos nos entendendo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito bem, nobre Deputado.

O que eu estou dizendo é que não me proponho a fazer a defesa do Secretário de Educação. A minha posição neste momento, é fazer a divulgação do Plano de Ação Cultural, que eu reputo de enorme validade. É a minha posição com relação a este contexto; quanto à promoção, ou não, do Titular da Secretaria de Educação, é evidente que é um problema de foro íntimo, um problema subjetivo. Talvez o Titular tenha se excedido, eu realmente confesso que não tenho acompanhado este aspecto, não sei se está, ou não, se promovendo às custas do Poder Público. A mim, apenas compete fixar a seguinte diretriz:

Existe hoje no Paraná uma ação cultural e eu dou enorme validade a este plano acho que responde a uma necessidade e isto, é evidente não quer dizer que outros setores da Educação sejam descurados em detrimento, em última instância, do aluno, é em favor do Plano de Ação Cultural. O que eu proponho, é evidente, de que o aspecto técnico da Educação esteja acompanhando o Plano de Ação Cultural. Esta é a posição que, tenho certeza, seria a de V. Exa. É claro que eu sei, que V. Exa. não considera a cultura uma atividade meramente decorativa nem ornamental, e eu me proponho, se é que V. Exa. concorda, a trazer ou buscar alguns elementos com relação ao problema de zeladoras. Pode V. Exa. contar comigo, se realmente a jornada de apenas 4 horas associada à falta dela, tenha respaldo na realidade que V. Exa. disse que tem. Eu acredito, apenas quero me resguardar o direito de tomar mais pé deste problema.

O sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa.

Agora, quero dizer a V. Exa. que isto se fará desnecessário porque V. Exa. acaba de dizer que, de acordo com o relatório elaborado no Governo Parigot de Souza, era indicada a existência de 11.000 zeladoras no Estado; então o que existe, e aí prova mais uma vez a impúria e o desleixo da Secretaria de Educação — já não falo mais do Secretário pessoalmente — é o desleixo, numa melhor redistribuição do pessoal, porque existem estabelecimentos de ensino, e não é preciso V. Exa. me trazer relatório, porque, de hoje para amanhã o Secretário pode, para me cair a cara, aqui dentro, ele pode mandar botar mais 3 ou 4 lá, mas, eu levo V. Exa. num estabelecimento de ensino que num turno de aula existe uma zeladora. Levo já ao término da Sessão para V. Exa. comprovar. Agora, o que necessário se torna é melhor redistribuição do pessoal a fim de que todos prestem o mesmo número de horas de trabalho e recebam a justa remuneração do trabalho despendido em favor do Governo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Deputado, apenas me confira este direito de dar inteira credibilidade ao que afirma. Disse, fazer levantamento do problema, para ter uma visão global das deficiências neste particular.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. está falando sobre um assunto que tem preocupado a todos os srs. Deputados.

Nós, no ano passado tivemos oportunidade de fazer algum pronunciamento sobre a situação das serventes, nós verificamos que naquela época as serventes recebiam pagamento referente a 9 meses; 8 meses, não chegava a 9! Não recebiam as férias. Quando ficava doente tinha que, por conta própria, por uma outra para substituir porque não tinha possibilidade de licença. Parece que o Governador está sensibilizado com esta situação e hoje já existe o registro no Instituto de Previdência, o Salário Família. E, pelo projeto que está em tramitação é intenção que seja pago o salário família e as férias às professoras.

Agora, quanto à regulamentação me parece que é uma servente para cada 3 salas de aula. Pelo menos estou falando do interior que tenho conhecimento. É uma servente para cada 3 salas de aula; e quanto falta servente, o lugar mais fácil, onde as professoras tem recorrido no interior, é aos Prefeitos para que dêem ajuda ponham servente complementando. E os Prefeitos lutam com dificuldade para pagar. Mas a maneira como tem sido solucionado, com a pequena ajuda que recebem da Fundepar para pagamento das professoras e serventes.

Embora com este pequeno vencimento de 170 cruzeiros, que com o desconto vai dar 130 e poucos, que no ano que vem não vai ter aquele desconto do IPE e sobe um pouco o vencimento das serventes; elas estão satisfeitas e esperando agora a liberação para que requeiram a sua inclusão e possam receber também o salário família.

Acho que a medida que está sendo adotada é esta; é uma servente em cada 3 salas de aula. Cabe então à Diretoria de cada estabelecimento reclamar junto à Secretaria para que complete.

Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu é que agradeço o aparte de V. Exa. que esclarece também o problema dando uma iluminação nova que realmente desconhecia, que o critério era esse e que me parece muito racional, isto é uma servente para cada 3 salas de aula.

Ratifico a minha posição de aplaudir o plano cultural do Governo do Estado, documento da maior importância para o novo percurso cultural de nosso Estado. Que assim se constitui num programa para todo o Brasil. Porque é preciso reconhecer que de todos os aspectos da atividade humana, é exatamente a cultura que vem sendo prejudicada muitas vezes pela descurada do Poder Público, situação essa sanada graças ao Governo do Estado, através da Secretaria de Educação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente, srs. Deputados. Nossa presença na Tribuna, nesta tarde prende-se à remessa de um Requerimento a S. Exa. o Ministro da Fazenda e assim procedemos porque é reconhecida mundialmente a existência de uma crise de alimentos. Vários fatores que não comporta analisar no momento convergem para que assim seja. Ainda recentemente a entrada da Rússia e da China Continental como compradoras de alimentos no Ocidente, veio aumentar a procura, pois ambas as nações situam-se entre as mais populosas do mundo.

O fenômeno preocupa indistintamente aos Governos e às Nações, desde as mais ricas até aquelas que se convencionou denominar de sub-desenvolvidas. O quadro, entretanto, para o nosso País, não deve ser encarado, a médio prazo, sob o aspecto de dificuldades, mas, ao contrário deve ser visto sob o ângulo das enormes possibilidades que se abrem para nós, País ainda distante da industrialização, e que possui na agropecuária a sua maior receita de exportação.

A sensibilidade e o conhecimento do ex-Ministro da Agricultura do atual Governo, Luiz Fernando Cirne Lima, já nos dizia tais coisas em sua cartorência, que cada vez adquire maior valor político pela comprovação de suas afirmações acerca de agricultura nacional e de seu posicionamento com relação aos demais produtores mundiais de gêneros alimentícios. Observou o Sr. Ministro, entre outras coisas, que “pela primeira vez, desde vinte anos, os preços dos produtos agrícolas estão em aumento nos mercados internacionais”.

Todos sabemos o que ocorreu com o soja, cujo preço se elevou verticalmente no mercado internacional. Também reservas de trigo não existem mais. Observando a situação um economista das Nações Unidas chegou a afirmar que “o mundo depende, para sua alimentação, da safra de 1973”.

O fato, que também nos atinge, repetimos, não nos deve causar maiores preocupações, impondo-se a observação do fenômeno e o aproveitamento das enormes possibilidades que, em decorrência dele, se abrem para o Brasil, cuja capacidade de produção no setor é mundialmente tida como das mais elevadas. Talvez, a perdurar, como tudo indica, o atual estado de coisas, aí se encontre uma quebra da tradicional hierarquia dos fatos econômicos estimuladores do desenvolvimento, passando a agropecuária a ocupar uma posição mais nobre entre eles, pelos imensos recursos que será capaz de acumular para as nações produtoras.

Atingindo o Brasil pelo fenômeno, as primeiras providências governamentais foram no sentido de limitar as exportações (caso do SOJA) ou impedir-las totalmente (caso da CARNE). Tais medidas, objetivando proteger o consumidor nacional, são justas e necessárias, impondo-se, entretanto, alguns cuidados em sua aplicação, sobretudo no caso da CARNE.

O nosso País sempre encontrou dificuldades em colocar no mercado internacional o excesso de sua produção agrícola, tendo em vista a baixa qualidade dos produtos, fato demonstrável com o MILHO e o FEIJÃO, entre outros. Da mesma forma, na pecuária de corte, o rebanho brasileiro carecia e ainda carece, em circunstâncias normais, de condições de concorrência no mercado externo com outros rebanhos, como o argentino e o uruguaio, para citar apenas exemplos de nosso continente. Consequência de tal situação era a venda de carne gacha, de boa qualidade, para transformação em charque no Nordeste brasileiro.

(Lendo) “Considerando estes aspectos, produtores e Governo buscaram racionalizar, com vistas à exportação, a criação e engorda de bovinos, adotando métodos mais avançados, já testados em outras partes, como a “Engorda em Confinamento” e o “Sistema Racional Rotativo”. O que se teme é que o total impedimento das exportações de CARNE produza reflexos negativos sobre o que já se ia conseguindo em termos de melhoria de qualidade da produção, nivelando-a por baixo, tendo em vista apenas as necessidades do mercado interno. E uma vez garantido o abastecimento interno — meia com acerto situada prioritariamente — carece o rebanho nacional de condições competitivas internacionalmente, dificultando ao País o pleno aproveitamento das vantajosas condições propiciadas pelas necessidades mundiais, dentro das quais a ausência de proteínas já está sendo considerada como crítica.

Evidenciando a preocupação que suscita a matéria, ainda dias atrás reuniam-se criadores e técnicos no Município de Guarapuava para um estudo da situação, temerosos de prosseguirem aplicando métodos mais avançados na criação e engorda de seus rebanhos, por isso mesmo de maiores custos. Os produtores manifestaram suas apreensões, inclusive, ao Prefeito daquele Município, ex-Deputado Nivaldo Kruger, que com a sua reconhecida sensibilidade para os fatos econômicos, também já se apercebera da problemática situação.

Desta forma, é nosso entendimento que o Governo Federal, mantida a orientação de prioridade ao abastecimento nacional, permita a exportação de CARNE, daqueles rebanhos engordados dentro dos critérios mais científicos, estimulando, assim o prosseguimento de sua utilização. O que tememos, nas atuais condições, é o abandono de tais métodos, jogando por terra o que até agora foi conseguido e que constitui, com crise ou sem ela, a base indispensável ao atendimento das exigências do mercado internacional para o setor. O setor.

Com esta finalidade estamos endereçando Requerimento ao Sr. Ministro da Fazenda, que esperamos ver aprovado pela Casa”.

O Requerimento, sucintamente contém a matéria que expus e pede ao Ministro que permita a exportação daquela carne produzida pelos rebanhos, dentro daquele critério mais avançado pela ciência para que haja na realidade um estímulo na utilização desses métodos, condição fundamental para que nosso País possa adquirir condições de competir nos mercados estrangeiros, com a reprodução de seu rebanho bovino. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em Plenário, dos Srs. Salim do Carmo, Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Luiz Ruaro, Prefeito Municipal de Alto Piquiri e do Vereador Sérgio Albuquerque, Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-69, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de Tijucas do Sul, o material remanescente do Edifício onde funcionou o Grupo Escolar, na sede municipal, atualmente em desuso. — Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., e favorável da C.F. — Rejeitado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar através do D.E.R., Convenio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a “A.M.A.R.” — ASSISTÊNCIA AO MENOR PARA AMPARO E RECUPERAÇÃO com sede e foro nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Uraí. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243-69, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel 1323, em Curitiba, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná. — Parecer da C.C.J. pelo ARQUIVAMENTO e CONTRÁRIO da C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 243-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel, n.º 1.323, esquina com a rua Bento Viana, em Curitiba, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1969.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em referência, inspirado em castelo europeu, constitui uma preciosa obra arquitetônica de nossa cidade. É, sem dúvida, uma das mais belas construções de Curitiba. Não obstante, está prestes a ser demolida visto ter sido adquirido por grupo econômico que pretende utilizar a área com construção de prédios de apartamentos.

Por iniciativa do Rotary Club Centro de Curitiba, foi lançada campanha no sentido de impedir que tal demolição se realize, ao mesmo tempo em que pleiteia a instalação, no chamado “Castelo dos Guimarães”, do Museu de Arte do Paraná.

Essa campanha teve o acolhimento da Câmara Júnior do Brasil, das Sociedades Culturais, das Associações Femininas, dos Diretores Acadêmicos e das Classes Conservadoras de nossa Capital, bem como o apoio pessoal do Comandante da 5.a Região Militar, do Prefeito de Curitiba, do Reitor da Universidade Federal do Paraná e do Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Como não podia deixar de ser, tal campanha, por refletir a vontade de parcela do povo paranaense, chegou a esta Casa, que não poderia, certamente, ficar alheia a um movimento de opinião.

A intenção desse movimento merece elogios. Ao lado de preservar verdadeiro monumento arquitetônico de nossa cidade, propiciará a criação e instalação do Museu de Arte Paranaense, que viria “não só beneficiar a cultura de nosso povo, como enriquecer nosso patrimônio cultural, pois, aqui afluem estudantes de todo o Estado como dos Estados irmãos da Federação” (proposição em anexo).

Estamos certos de que os nobres Parlamentares que integram esta Casa de Leis darão a merecida acolhida ao presente Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 243-69

Com o Projeto de Lei em epígrafe, pretende o ilustre Deputado Erondy Silvério autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel, n.º 1.323, esquina com a rua Bento Viana, em Curitiba, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná.

A iniciativa é do ano de 1969. De lá para cá muita coisa aconteceu. Inclusive o Museu de Arte do Paraná vai ser localizado em edificação mais adequada. Nestas condições, sou pelo arquivamento da proposição, por tratar de matéria que perdeu sua oportunidade.

É o parecer. **Sub-censura.**

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 243-69

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 243-69, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel, n.º 1323, desta Capital, Pr., com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná.

2. O imóvel de que trata o presente Projeto de Lei foi adquirido por firma que explora comercialmente estação emissora de televisão, já estando ali operando seus estúdios — Canal 12 —; por outro lado, o Museu Paranaense já está com suas novas instalações quase terminadas, no imóvel antigo da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à Praça Generoso Marques, desta Capital, em prédio que também se constitui patrimônio histórico e que esperamos venha a ser sede definitiva daquela entidade.

3. Isto posto, e tendo em vista o lapso de tempo decorrido entre a apresentação deste Projeto de Lei e o atual estágio de sua tramitação, temos por certo estar o mesmo perempto, além de não mais ter objeto, pelos motivos acima expostos, pelo que, não vê esta Comissão de Finanças, no que lhe concerne, como possa dar seu apoio à proposição em testilha.

Pela REJEIÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1973.

(aa) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-73, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, concede Título de Cidadão Honorário, ao Senhor João Milanez. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 197-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário, ao Sr. João Milanez.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA: O Sr. João Milanez nasceu em Meleiro em Santa Catarina, no dia 15 de dezembro de 1925. Mora em Londrina há 25 anos, é jornalista, fundador e atual diretor-proprietário da Folha de Londrina, um jornal que circula há 25 anos. Recebeu várias condecorações de comendador, sendo uma do governo italiano e três do governo brasileiro: José Bonifácio, Tiradentes e Gran Cruz Presidente Antonio Carlos. Foi eleito "Jornalista do Ano", pelo Diário Popular de Curitiba, em 1969 e "Cidadão Honorário" em Wichita, no Estado de Kansas City (EE.UU.) e Formosa do Oeste (Paraná). É presidente do Clube dos 21 em Londrina e membro do Rotary Club. Percorreu diversos países, a convite dos respectivos governos. Tem participado de convenções, missões quase todos os anos, destacando-se algumas delas: convenção internacional do Rotary Club em Nova York; missão junto aos governos, através das entidades de classes; 1.º Congresso Mundial de Prefeitos, em Washington, representando o Estado do Paraná em 1960; Organização Internacional do Café, em Londres, em 1968; em missão oficial de Londrina, levando recursos para os flagelados do açude de Orós, em Fortaleza, em 1959; Congressos Municipalistas; Congressos do Café; exposições agro-pecuárias em todo o país; banquete de entrega do troféu "Homem do Ano", em 1972, na Câmara Americana do Comércio, em Nova York, representando Londrina; missão econômica do Paraná ao Japão, onde permaneceu 20 dias; e, recentemente, a Câmara concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário de Londrina.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 197-73

AUTOR: Dep. Antonio Belinati

Propõe a esta Casa o Deputado Antonio Belinati, através do presente Projeto de Lei, que seja concedido Título de Cidadão Honorário ao Senhor JOÃO MILANEZ.

A justificativa que acompanha a matéria é de molde a nos convencer de sua oportunidade. Quanto aos aspectos legais e constitucionais, nada existe que se lhe anteponha.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Ovídio Franzoni

Wilson Fortes

Igo Losso

Antônio Lopes Júnior

Nelson Buffara

Ivo Thomazoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Alves de Vasconcellos Souza, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, ontem, do Dia do Funcionário Público. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 233-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, visando a possibilidade de permitir a exportação do gado bovino engordado, dentro dos critérios científicos mais avançados, estimulando, desta forma a sua utilização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a suspensão das Sessões e do Expediente desta Casa, nos dias 31 de outubro, 1.º e 2 de novembro. — **Aprovado.**

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que na Hora do Expediente da Sessão de amanhã, será concedida a palavra ao Sr. Secretário do Planejamento do Governo, para fazer a exposição aos Srs. Deputados da reestruturação do plano administrativo do atual Governo.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-73

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 194-72 — 112-73 — 138-73 — 162-73 — 190-73 e 228-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 275-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.450-73, de 22 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Emilia de Miranda Becker, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 18 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de outubro de 1973.

a) EROS RÜPPEL ABDALA — Diretor Geral